



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado JUNJI ABE

O Sr. **JUNJI ABE** (PSD-SP) pronuncia o seguinte discurso:
Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, para clamar pela emergencial redução dos tributos incidentes sobre o material escolar, indispensável na formação educacional da população brasileira.

Todo início de ano, as famílias sofrem com o martírio do acúmulo de tributos do qual precisam dar cabo. Somam-se IPTU, IPVA e a carga colossal de impostos embutida nas listas de material escolar. Nos últimos anos, a situação é ainda mais caótica, em função da grave crise econômica que desempregou milhões e ainda deixa quase 13 milhões de pessoas sem emprego, tirando-lhes a capacidade de subsistência. Pior, a má qualidade da nossa educação debilita o capital humano, que não se encaixa nas exigências das poucas vagas de trabalho disponibilizadas pelas empresas. Portanto, associado ao desemprego, temos o apagão da mão de obra qualificada.

Enquanto as famílias tentam resistir ao furação da crise, o peso tributário sobre artigos escolares beira 50%, segundo o IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. Na prática, quase



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado JUNJI ABE

metade do preço do produto corresponde a impostos. Se vai comprar uma caneta, está pagando 47,49% de impostos; uma régua, 44,65%.

Vejamos mais sobre a incidência tributária em outros itens da lista escolar, conforme levantamento feito pelo IBPT: cola (42,71%), o estojo (40,33%), a lancheira, (39,74%), o papel sulfite (37,77%), e o caderno (34,99%). Todos esses encargos são embutidos nos preços dos produtos só para pagar os tributos federais, estaduais e municipais. A exceção fica nos livros didáticos. Têm imunidade de impostos. Mesmo assim, o peso de encargos sobre a folha de pagamento e o sobre o lucro da sua venda, faz também com que tragam uma carga tributária de 15,52%.

Por incrível que pareça, considerando nossas severas deficiências no ensino, o Brasil é um dos poucos países do mundo que tributam a educação. É cristalino que os brasileiros poderiam ter uma melhor formação, se não fosse a alta carga tributária. Por serem itens de necessidade básica na educação, os artigos escolares deveriam ser menos tributados e, evidente, bem mais acessíveis aos consumidores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado JUNJI ABE

O cenário, excelentíssimo presidente e nobres deputados, não poderia ser mais aterrador para um País como o nosso, que sofre todo tipo de mutilação para alcançar a tão necessária qualidade no ensino. O descaso secular dos governantes com a educação, no quadro mundial, compromete o desenvolvimento do Brasil. Mas, tem consequências ainda mais graves sobre o cidadão brasileiro. Ao se deparar com todo tipo de empecilho para evoluir educacionalmente, ele sofre, esmorece e, ao final, desiste. Sabem por quê? Porque perde as esperanças e para de sonhar. É como estar morto, apesar de vivo.

Não, senhoras e senhores! Não é o que queremos para o Brasil. Não foi para isso que os brasileiros nos delegaram a missão de representá-los neste Parlamento. Juntos, temos a obrigação de garantir ao povo o direito à educação de qualidade, capaz de formá-lo como cidadão, assim como de garantir seu ingresso, permanência e alto desempenho no mercado de trabalho.

Atingir o objetivo do ensino de qualidade implica assegurar o acesso do aluno à unidade escolar, motivar seu desenvolvimento em um ambiente seguro, atendido por profissionais valorizados,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado JUNJI ABE

professores qualificados para uma ação pedagógica cada vez mais eficiente numa rede escolar perfeitamente integrada com a comunidade – com suas necessidades e anseios –, dotada de estrutura física e operacional apropriadas, em sintonia com os avanços tecnológicos, com recursos aplicados de forma racional. E, claro, disponibilizar os imprescindíveis artigos escolares, com preços viáveis para as famílias dos estudantes.

Vale lembrar que muitas prefeituras oferecem os insumos escolares para alunos da educação básica. Logo, livrar esses artigos da gigantesca carga tributária também implicaria aliviar a pressão sobre os já fragilizados cofres municipais.

Evidente que a questão tributária no Brasil é bem mais ampla e precisa ser tratada com profundidade na reforma tributária. É um tema que, aliás, em minha modesta opinião, deveria estar em curso, antes mesmo da previdenciária. É sabido que nosso quase medieval e caro sistema de impostos desestimula a produção e os investimentos, reduz a competitividade dos nossos produtos, diminui a rentabilidade das empresas e atinge em cheio as famílias. Abro parênteses para reiterar que a inaugural deveria ter sido a



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado JUNJI ABE

reforma político-partidária. Numa readequação de verdade; não meros remendos, para viabilizar a eficiência das demais. Fecho parênteses.

Contudo, enquanto não vem a necessária reforma tributária, é imperiosa a adoção de medidas emergenciais para diminuir o peso acintoso dos tributos sobre os preços do material escolar. É o mínimo que se pode fazer para facilitar o acesso à educação.

Já existe, em tramitação, matéria legislativa a respeito do assunto. Pinço a Proposta de Emenda Constitucional 24/2014, que altera o artigo 150 da Constituição e institui a imunidade dos impostos incidentes sobre materiais escolares. Ocorre que está parada no Senado. Atualmente, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Por tudo isso, senhor presidente e caros deputados, clamo pelo bom senso para acelerar a vigência de uma legislação específica que assegure a imunidade ou, pelo menos, a redução das alíquotas dos artigos escolares. É um passo minúsculo, mas imprescindível para amparar o ensino de qualidade no País. Na



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado JUNJI ABE

cruzada tributária, perseguimos o passo maior que é efetivar um sistema tributário capaz de desestimular a sonegação, desonerar a produção, parar de taxar investimentos e focar no ensino de qualidade, uma das prioridades nacionais. Nesta jornada, lembremo-nos do que já disse o filósofo Lao-Tsé: “Uma longa caminhada começa com o primeiro passo.” Façamos o movimento!

Muito obrigado!

Deputado JUNJI ABE – PSD-SP